

Covas diz que vai rever ações de Fleury

BRASÍLIA — O governador eleito de São Paulo, o tucano Mário Covas, criticou ontem o governador Luiz Antônio Fleury por pedir a aprovação de um projeto que prevê a venda de ações da Eletropaulo no período de transição. O texto foi aprovado na madrugada de terça-feira pela Assembléia Legislativa e já se transformou no primeiro foco de desentendimento entre o PMDB e os tucanos, justamente no momento em que os dois partidos tentam fechar uma aliança no Congresso. Covas almoçou ontem com o presidente eleito e, ao sair do encontro, foi taxativo:

— Eu não faria isso. Estive com Fleury esta semana e ele não me falou nada desse projeto e da sua aprovação. Se meus aliados criticaram a proposta, é porque têm alguma razão. Não vou transformar o meu governo numa caça às bruxas, mas vou rever algumas atividades e essa pode ser uma delas — afirmou Covas, referindo-se ao projeto e às declarações de deputados tucanos na Assembléia, que classificaram o projeto como uma negociação no apagar das luzes.

O vice-governador eleito Geraldo Alckmin Filho foi mais contundente nas críticas:

— O projeto vai permitir que as ações sejam vendidas abaixo do preço. É no mínimo suspeito.

Covas e Alckmin tiveram ontem uma reunião de quase duas horas com Fernando Henrique. Na conversa, o presidente eleito

deixou claro que Covas pode nomear quem quiser para o seu secretariado. Se houver algum nome comum, convidado para o Governo federal e para o Governo do estado, eles resolverão o problema por telefone.

Segundo Covas, Fernando Henrique não pretende decretar intervenção federal no Banespa. Quer primeiro negociar com os governadores. Nesse sentido, ele foi insistente na necessidade de uma operação do tipo “apertem os cintos”. Para isso, Covas pretende vender ativos do estado e patrimônio, como terrenos e prédios.

● **FLEURY** — O procurador-geral de Justiça de São Paulo, José Emanuel Burle Filho, negou ontem o pagamento de férias acumuladas requerido pelo governador Luiz Antônio Fleury. O benefício, que somava aproximadamente US\$ 200 mil, referia-se ao período em que Fleury, aposentado aos 45 anos como procurador de Justiça, estivera afastado da função para exercer o mandato de governador. Fleury alegava não ter gozado férias de 1991 a 1994, pleiteando dois períodos anuais a que têm direito juízes e promotores.

— No caso em exame, como é público e notório, o digno requerente foi eleito governador e, ao tomar posse nesse elevado cargo, como visto, optou pelos vencimentos e vantagens desse cargo e não pelos do Ministério Público — disse o procurador.